



JULGAMENTO DE RECURSO

Pregão Eletrônico nº 90008/2024

Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de Secretariado, nas categorias de Técnico em Secretariado, Secretariado Executivo, Secretariado Executivo Bilíngue, Encarregado Geral e Técnico em Arquivo, a serem executados no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego - MTE, em Brasília/DF.

Tipo de Licitação: Pregão Eletrônico

Processo Administrativo nº 19958.204486/2024-58

Recorrente: ATHOS ASSESSORIA E SERVIÇOS TERCEIRIZADOS EIRELI

1. DAS PRELIMINARES

1.1. Do Recurso e Contrarrazão

1.1.1. Recurso apresentado pela empresa ATHOS ASSESSORIA E SERVIÇOS TERCEIRIZADOS EIRELI, CNPJ nº 11.774.942/0001-43, doravante denominada **RECORRENTE**, contra decisão do pregoeiro de ter declarado vencedora do certame a empresa PROCLIMA ENGENHARIA LTDA, CNPJ nº 00.578.617/0001-99, doravante denominada **RECORRIDA**.

1.1.2. A sessão pública de abertura do Pregão Eletrônico nº 90008/2024 ocorreu no dia 24 de setembro de 2024, às 10:00 horas, e se encerrou em 26 de de setembro de 2024, às 15:17 horas.

1.1.3. Após análise das propostas e documentações de habilitação, em conjunto com a área técnica demandante do serviço, bem como da realização de diligências, a empresa PROCLIMA ENGENHARIA LTDA. teve sua proposta aceita e foi declarada habilitada.

1.1.4. Sendo assim, antes do encerramento da sessão, fora concedido prazo para recurso, conforme preconiza a legislação, bem como previsão editalícia. As empresas ATHOS ASSESSORIA E SERVIÇOS TERCEIRIZADOS EIRELI., CNPJ nº 11.774.942/0001-43; CONCEITO SERVICOS TECNICOS LTDA, CNPJ nº 27.814.736/0001-50; e, ESPLANADA SERVICOS TERCEIRIZADOS LTDA, CNPJ nº 01.099.686/0001-82, manifestaram-se dentro do prazo quanto à intenção de recorrer.

1.1.5. Contudo, a empresa ESPLANADA SERVICOS TERCEIRIZADOS LTDA (SEI nº 3557655) apresentou sua desistência quanto ao pleito recursal.

1.1.6. Registre-se, ainda, que a empresa CONCEITO SERVICOS TECNICOS LTDA deixou de apresentar suas razões recursais no prazo estipulado.

1.1.7. E somente a empresa ATHOS ASSESSORIA E SERVICOS TERCEIRIZADOS LTDA apresentou seu recurso administrativo, detalhado no Anexo SEI nº 3518906.

1.1.8. Por outro lado, a empresa PROCLIMA ENGENHARIA LTDA apresentou a sua contrarrazão, detalhada no Anexo SEI nº 3557675.

1.1.9. A área técnica, que compreende a área demandante e responsável pelo planejamento da contratação, apresentou o despacho SEI (3573601).

1.1.10. Toda a documentação encaminhada pelas empresas encontra-se disponível a qualquer interessado no Portal de Compras Governamentais, assim como na instrução deste processo administrativo.

1.1.11. Inicialmente, recomendo a leitura do recurso e da contrarrazão apresentados, assim como a manifestação da área técnica, uma vez que os mesmos não serão reproduzidos na íntegra nesta instrução para julgamento.

1.2. Da Admissibilidade

1.2.1. O critério de aceitabilidade do recurso exige a manifestação imediata e motivada da intenção de recorrer, tão logo seja declarado o vencedor do certame, conforme dispõe o artigo 165 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021:

Art. 165. Dos atos da Administração decorrentes da aplicação desta Lei cabem:

I - recurso, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação ou de lavratura da ata, em face de:

a) ato que defira ou indefira pedido de pré-qualificação de interessado ou de inscrição em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento;

b) julgamento das propostas;

c) ato de habilitação ou inabilitação de licitante;

d) anulação ou revogação da licitação;

e) extinção do contrato, quando determinada por ato unilateral e escrito da Administração;

II - pedido de reconsideração, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação, relativamente a ato do qual não caiba recurso hierárquico.

§ 1º Quanto ao recurso apresentado em virtude do disposto nas alíneas “b” e “c” do inciso I do caput deste artigo, serão observadas as seguintes disposições:

I - a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão, e o prazo para apresentação das razões recursais previsto no inciso I do caput deste artigo será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação ou, na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 desta Lei, da ata de julgamento;

II - a apreciação dar-se-á em fase única.

§ 2º O recurso de que trata o inciso I do caput deste artigo será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

§ 3º O acolhimento do recurso implicará invalidação apenas de ato insuscetível de aproveitamento.

§ 4º O prazo para apresentação de contrarrazões será o mesmo do recurso e terá início na data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso.

§ 5º Será assegurado ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses. (grifos nossos)

1.2.2. Conforme registrado em ata, após a declaração da vencedora da licitação, as RECORRENTE manifestou imediata intenção de recorrer contra a decisão do Pregoeiro, anexando ao sistema suas razões de recurso dentro do prazo de três dias úteis.

1.2.3. Assim, a peça recursal apresentada cumpre os requisitos de admissibilidade previstos na legislação, pelo que se passa à análise de suas alegações.

1.3. A seguir, examinaremos cada ponto discorrido na peça recursal da empresa RECORRENTE, em confronto com as contrarrazões da RECORRIDA e com a manifestação da Equipe de Planejamento da Contratação, com a legislação e com os entendimentos doutrinários e jurisprudenciais correlatos.

2. DAS ALEGAÇÕES E REQUERIMENTO DA RECORRENTE

2.1. Em síntese, a RECORRENTE alega:

a) A Ausência de Cópia da Carta ou Registro Sindical;

Ausência de Cópia da carta ou registro sindical do sindicato a qual ele declara ser enquadrado

Descumprimento do item 4.16 “a.2” do Edital; e 8.36 “a.2” do Termo de Referência

b) Ausência de comprovação das alíquotas utilizadas para PIS e COFINS

Ausência de comprovação nas alíquotas utilizadas para PIS e COFINS

Leis nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002 e nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003 e

c) Ausência de Balanço Patrimonial e de Demonstrativos Contábeis dos dois últimos exercícios

Ausência de Balanço Patrimonial dos dois últimos exercícios

Ausência de Demonstrativo dos Índices dos dois últimos exercícios

Descumprimento do Item 8.22 do Termo de Referência

3. DAS CONTRARRAZÕES APRESENTADAS

3.1. Em contraposição, a RECORRIDA alega, resumidamente:

(...)

Sem razão a recorrente em seu inconformismo.

Em verdade, Senhor Pregoeiro, as razões recusais apresentadas pela recorrente são muito falantes, mas pouco dizentes, visto que não logram desconstituir a decisão que habilitou e classificou a sua proposta.

Por partes.

No que diz respeito a alegação de ausência da cópia da carta ou registro sindical do sindicato a qual a recorrida se declara enquadrada, importa esclarecer trazer o que estabelece o subitem 4.16 do Edital:

4.16. O licitante deve apresentar juntamente com a proposta de preços:

a.1. Declaração informando o enquadramento sindical da empresa, a atividade econômica preponderante e a justificativa para adoção do instrumento coletivo do trabalho em que se baseia sua proposta;

a.2. Cópia da carta ou registro sindical do sindicato a qual ele declara ser enquadrado, em razão do regramento do enquadramento sindical previsto na CLT ou por força de decisão judicial;

4.16.1 A convenção coletiva do trabalho à qual a proposta da empresa se vinculará será utilizada para fins de atendimento à eventual necessidade de repactuação dos valores decorrentes da mão de obra, consignados na planilha de custos e formação de preços do contrato, em observância ao disposto no art. 135, inciso II, da Lei 14.133/2021; (g)

Pois bem, conquanto a recorrida, de fato, não tenha feito a juntada da declaração acima referida, certo é que nem por isso deve ser inabilitada, isto porque, como visto acima, não se trata de documento propriamente de habilitação, mas apenas um documento que atesta seu enquadramento sindical, daí porque cuida-se de um equívoco sanável, à luz do princípio do formalismo moderado tão consagrado nas decisões do Tribunal de Contas da União.

Portanto, o motivo alegado pela recorrente jamais poderia ensejar a desclassificação da recorrida sem antes serem realizadas diligências para sua correção, que a recorrida faz neste momento, com a juntada do registro sindical e a declaração de seu enquadramento sindical.

Ora, o subitem 8.13 do Edital, assim estabeleceu:

8.13. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4o):

8.13.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do

certame;

8.13.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas; (gn)

O item acima, pelo que se vê, reproduz a previsão contida no art. 64, § 1º, da Lei 14.133/2021; deixando claro a possibilidade de diligência para corrigir erros e falhas formais e a complementação de informações necessárias à apuração de fatos existentes à época da abertura do certame, o que se alinha com a interpretação de que é possível a sua juntada nesta oportunidade, mesmo porque os documentos ora apresentados atestam uma condição da recorrente pré-existente à abertura da sessão pública do certame.

Diante do que restou dito acima, ressaí indubitável que a juntada do registro sindical e declaração de enquadramento, deve ser acatada por essa Autoridade Pregoeira, porquanto declara uma condição pré-existente à abertura do certame, qual seja, o seu enquadramento sindical.

Que se deixe bem claro que a aplicação do formalismo moderado e da razoabilidade não consiste, em absoluto, em afronta à isonomia, pois a recorrida cometeu um erro sanável e o está corrigindo, apresentando a sua declaração de enquadramento e o registro sindical do sindicato que está enquadrada.

Não é demasiado repetir as orientações do Tribunal de Contas da União – TCU, divulgadas nos Informativos de Licitações e Contratos 415/2021 e 424/2021, que retratam o entendimento firmado nos Acórdãos 1211/2021-Plenário e 2443/2021-Plenário.

Informativo de Licitações e Contratos 415/2021

“Enunciado:

1. A vedação à inclusão de novo documento, prevista no art. 43, § 3º, da Lei 8.666/1993 e no art. 64 da Lei 14.133/2021 (nova Lei de Licitações), não alcança documento ausente, comprobatório de condição atendida pelo licitante quando apresentou sua proposta, que não foi juntado com os demais comprovantes de habilitação e da proposta, por equívoco ou falha, o qual deverá ser solicitado e avaliado pelo pregoeiro. (gn)

Acórdão n. 1211/2021-P:

Admitir a juntada de documentos que apenas venham a atestar condição pré-existente à abertura da sessão pública do certame não fere os princípios da isonomia e igualdade entre as licitantes e o oposto, ou seja, a desclassificação do licitante, sem que lhe seja conferida oportunidade para sanear os seus documentos de habilitação e/ou proposta, resulta em objetivo dissociado do interesse público, com a prevalência do processo (meio) sobre o resultado almejado (fim).

O pregoeiro, durante as fases de julgamento das propostas e/ou habilitação, deve sanear eventuais erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, nos termos dos arts. 8º, inciso XII, alínea “h”; 17, inciso VI; e 47 do Decreto 10.024/2019; sendo que a vedação à inclusão de novo documento, prevista no art. 43, §3º, da Lei 8.666/1993 e no art. 64 da Nova Lei de Licitações (Lei 14.133/2021), NÃO ALCANÇA documento ausente, comprobatório de condição atendida pelo licitante quando apresentou sua proposta, que não foi juntado com os demais comprovantes de habilitação e/ou da proposta, por equívoco ou falha, o qual deverá ser solicitado e avaliado pelo pregoeiro. (gn)

Acórdão 988/2022-Plenário | Relator: ANTONIO ANASTASIA

Na falta de documento relativo à fase de habilitação em pregão que consista em mera declaração do licitante sobre fato preexistente ou em simples compromisso por ele firmado, deve o pregoeiro conceder-lhe prazo razoável para o saneamento da falha, em respeito aos princípios do formalismo moderado e da razoabilidade, bem como ao art. 2º,

caput, da Lei 9.784/1999. (gn)

Assim sendo, considerando tratar-se de um erro sanável, passível de diligência e já antecipadamente corrigido pela recorrida, certo é que a pretensão da recorrente representaria um rigorismo que desbordaria as necessidades do interesse público, sendo este excesso, portanto, inútil.

Marçal Justen Filho, in Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, Editora AIDE, pág. 72/72, explana sobre o tema:

A atividade administrativa exige prestígio aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade. O princípio da regra da razão expressa-se em 'procurar a solução que está mais em harmonia com as regras de direito existentes e que, por isso, parece a mais satisfatória, em atenção à preocupação primária de segurança, temperada pela justiça, que é a base do direito'

...

Os princípios da proporcionalidade e razoabilidade acarretam a impossibilidade de impor consequências de severidade incompatível com a irrelevância de defeitos. Sob esse ângulo, as exigências da Lei ou do edital devem ser interpretadas como instrumentais.

...

“Portanto deve-se aceitar a conduta do sujeito que evidencie o preenchimento das exigências legais, ainda quando não seja adotada a estrita imposta originariamente na Lei ou no Edital. Na medida do possível, deve promover, mesmo de ofício, o suprimento de defeitos de menor monta. Não se deve conceber que toda e qualquer divergência entre o texto da Lei ou do edital conduz à invalidade, à inabilitação ou à desclassificação.”
(gn)

Nestes termos, a ativação da razoabilidade não permitirá que o equívoco apontado venha a arranhar a competitividade do certame, máxime quando se cuida de licitante plenamente capacitada.

No que se refere a alegação do recurso, de que a recorrida não teria comprovado as alíquotas utilizadas para PIS e COFINS, além dos dois últimos balanços e demonstrativos contábeis, também se mostra totalmente improcedente o seu inconformismo.

Realmente, é que tais questões já haviam sido objeto de diligências por esta Autoridade pregoeira, que esclareceu:

“Em diligência a empresa classificada em 1º lugar, a mesma ajustou a planilha conforme solicitado, apresentou todas as EFD e

CST dos últimos 12 meses, demonstrando a média dos recolhimentos além a DCTF demonstrando regime cumulativo de tributação, bem como comprovou que disponibiliza vagas PCD.”

Em sendo assim, improcede por completo a alegação da recorrente de que não teria sido comprovado as alíquotas do PIS e COFINS, como também improcede a alegação de que não teriam sido apresentados os documentos para demonstrar sua qualificação econômico-financeira, balanço patrimonial e demonstrativo dos índices contábeis.

Ora, a recorrida apresentou os índices contábeis dos anos de 2022 e 2023, além dos demonstrativos contábeis dos dois últimos 12 meses, tal como registrado em sede diligências, pelo que não há fundamento no inconformismo da recorrente.

III – DO PEDIDO

Por todo o exposto, salvaguardando o interesse público, espera a recorrida, forte nas razões fáticas e jurídicas acima alinhavadas, pelo total desprovemento do recurso administrativo interposto, mantendo a decisão que lhe declarou vencedora do certame, posto que assim será realizada JUSTIÇA!!”(…)

4. MANIFESTAÇÃO TÉCNICA DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO

4.1. Considerando o carácter técnico do recurso impetrado pela Recorrente, apresenta-se a visão técnica da equipe de planejamento da contratação sobre as razões, a seguir:

"A Ausência de Cópia da Carta ou Registro Sindical;

O objeto do enquadramento sindical da licitante é informar na proposta a qual convenção coletiva de trabalho a empresa se vinculará durante a vigência do contrato, sendo esta utilizada como referência para a definição de salários e demais benefícios. Além disso, será utilizada como base de cálculo para eventuais repactuações de valores decorrentes de mão de obra, consignados na planilha e custos e formação de preços do contrato, conforme previsto no item 4.16.1 do Edital.

Dessa forma, tendo em vista a vinculação da licitante habilitada às convenções coletivas compatíveis com os postos pretendidos, entende-se que o objetivo do referido regramento foi alcançado.

Ausência de comprovação das alíquotas utilizadas para PIS e COFINS;

O referido questionamento poderá ser analisado com mais profundidade pelo pregoeiro. No entanto, mesmo em uma observação superficial, verificou-se que o referido questionamento já havia sido objeto de diligência durante a fase de julgamento da proposta, quando a licitante apresentou todas as EFD e CST dos últimos 12 meses, demonstrando a média dos recolhimentos além a DCTF demonstrando regime cumulativo de tributação.

Ausência de Balanço Patrimonial e de Demonstrativos Contábeis dos dois últimos exercícios.

O referido questionamento poderá ser analisado com mais profundidade pelo pregoeiro."

5. DA ANÁLISE

5.1. Trata-se de recurso interposto pela empresa ATHOS ASSESSORIA E SERVIÇOS TERCEIRIZADOS EIRELI contra a decisão de habilitação da empresa PROCLIMA ENGENHARIA LTDA. no Pregão Eletrônico nº 90008/2024, promovido pelo Ministério do Trabalho e Emprego. A recorrente fundamenta seu pedido de desclassificação em três argumentos principais:

- a) A ausência de cópia da carta ou registro sindical;
- b) A ausência de comprovação das alíquotas efetivamente utilizadas para PIS e COFINS;
- c) A ausência de balanço patrimonial e demonstrativos contábeis dos dois últimos exercícios sociais.

5.2. O recurso foi interposto dentro do prazo legal, conforme determina o art. 165, inciso I, alínea "c" da Lei nº 14.133/2021, sendo, portanto, tempestivo.

5.3. Passo a analisar as razões do recurso e o contraditório.

Fundamentação

Ausência de Cópia da Carta ou Registro Sindical

5.4. No que tange à exigência da apresentação da carta ou registro sindical do sindicato ao qual a empresa declara estar enquadrada, o edital estabelece:

4.16. O licitante deve apresentar juntamente com a proposta de preços:

a.1. Declaração informando o enquadramento sindical da empresa, a atividade econômica preponderante e a justificativa para adoção do instrumento coletivo do trabalho em que se baseia sua proposta;

a.2. Cópia da carta ou registro sindical do sindicato a qual ele declara ser enquadrado, em razão do regramento do enquadramento sindical previsto na CLT ou por força de decisão judicial;

5.5. A respeito do atendimento ao item 4.16.a1, a proponente apresentou na "Proposta MTE PE 90008-2024" SEI a seguinte declaração:

"n. Declaramos conforme item 6(seis) item a1 do Termo de Referência, que o enquadramento sindical que foi formulada para nossa Proposta é o:

- SINDICATO DAS SECRETARIAS E DOS SECRETARIOS DO DF,
- SINDICATO DAS EMPRESAS DE ASSEIO, CONSERVACAO, TRABALHOS TEMPORARIO E SERVICOSTERCEIRIZAVEIS DO DF
- SINDICATO DOS TECNICOS INDUSTRIAIS DE NIVEL MEDIO DO DF"

5.6. Embora tenha ocorrido um erro material ao referir-se ao item 6, quando deveria ter mencionado o item 4.16, tal equívoco não invalida a declaração da recorrida, pois o conteúdo apresentado atende integralmente à exigência estipulada.

5.7. Quanto ao item 4.16.a2, a recorrida apresentou documentação comprobatória de todos os registros de sindicatos:

3. SINDICATOS

1 - SINDICATO DAS EMPRESAS DE ASSEIO, CONSERVACAO, TRABALHOS TEMPORARIO E SERVICOSTERCEIRIZAVEIS DO DF, CNPJ n. 00.438.770/0001-10, E SINDICATO DAS SECRETARIAS E DOS SECRETARIOS DO DF, CNPJ n. 00.580.613/0001-45,

NÚMERO DE REGISTRO NO MTE:DF000005/2024

DATA DE REGISTRO NO MTE:04/01/2024

NÚMERO DA SOLICITAÇÃO:MR072150/2023

NÚMERO DO PROCESSO:19980.200775/2024-09

DATA DO PROTOCOLO:03/01/2024 MP 244/2024-VMS-R0

MTPS PE 90008/2024-24/09/2024 – 10h00

2 - SINDICATO DAS EMPRESAS DE ASSEIO, CONSERVACAO, TRABALHOS TEMPORARIO E SERVICOSTERCEIRIZAVEIS DO DF, CNPJ n. 00.438.770/0001-10, E SINDICATO DOS EMPR DE EMPR DE ASSEIO, CONSERVACAO, TRAB TEMPORARIO, PRESTSERVICOS E SERV TERCEIRIZAVEIS DO DFSINDISERVICOS/DF, CNPJ n. 00.530.626/0001-00

NÚMERO DE REGISTRO NO MTE: DF000012/2024

DATA DE REGISTRO NO MTE:10/01/2024

NÚMERO DA SOLICITAÇÃO: MR069886/2023

NÚMERO DO PROCESSO: 19980.202003/2024-01

DATA DO PROTOCOLO: 08/01/2024

3 - SINDICATO DAS EMPRESAS DE ASSEIO, CONSERVACAO, TRABALHOS TEMPORARIO E SERVICOSTERCEIRIZAVEIS DO DF, CNPJ n. 00.438.770/0001-10 E SINDICATO DOS TECNICOS INDUSTRIAIS DE NIVEL MEDIO DO DF CNPJ n. 01.006.908/0001-75

NÚMERO DE REGISTRO NO MTE: DF000250/2024

DATA DE REGISTRO NO MTE: 02/05/2024

NÚMERO DA SOLICITAÇÃO: MR020958/2024

NÚMERO DO PROCESSO: 19980.249206/2024-53

DATA DO PROTOCOLO: 02/05/2024

5.8. Considerando que a proponente apresentou todos os registros pertinentes, seria suficiente ao pregoeiro consultar o site <https://cersin.mte.gov.br/> para verificar a legalidade das informações fornecidas.

5.9. É importante ressaltar que a empresa **PROCLIMA ENGENHARIA LTDA.** poderia ter anexado a carta de registro sindical como um resumo dos dados vigentes do sindicato junto ao MTE. No entanto, a simples desclassificação da recorrida não se justificaria, uma vez que os registros apresentados estão devidamente formalizados nas declarações.

5.10. Ainda assim, visando garantir a segurança jurídica da contratação, o pregoeiro incluiu neste julgamento todas as cartas sindicais, sanando assim qualquer eventual ausência de dados que pudesse ter sido gerada.

5.11. Nesse contexto, a insistência na apresentação da carta sindical nesta fase do processo torna-se uma exigência meramente formal. A recorrida apresentou os registros e as informações necessárias para a verificação do correto enquadramento sindical.

5.12. Ademais, devemos considerar que este ministério é responsável pela gestão de todos os

registros sindicais do país, não podendo, portanto, desconsiderar a apresentação adequada das informações pela recorrida.

5.13. Assim, à luz do princípio da razoabilidade, podemos concluir que a recorrida cumpriu os requisitos do item 4.16 do edital. Além disso, o pregoeiro tomou a diligência necessária ao consultar a regularidade das Convenções Coletivas de Trabalho (CCT) utilizadas, diretamente no MTE, evidenciando a conformidade das informações apresentadas.

Ausência de Comprovação das Alíquotas de PIS e COFINS

5.14. A empresa recorrente também alega que a PROCLIMA ENGENHARIA LTDA. não teria comprovado as alíquotas de PIS e COFINS apresentadas na planilha de custos e formação de preços, que foram menores do que as alíquotas normais do regime não cumulativo (1,65% para PIS e 7,60% para COFINS), apontando valores de 0,65% e 3%, respectivamente.

5.15. É imprescindível esclarecer que, conforme as Leis nº 10.637/2002 e 10.833/2003, as empresas optantes pelo regime de apuração não cumulativa têm direito à compensação de créditos tributários, o que pode resultar em alíquotas médias efetivas menores do que as alíquotas nominais. O Edital e o Termo de Referência exigem, de fato, que as licitantes submetidas a este regime comprovem as alíquotas médias efetivamente recolhidas mediante documentos fiscais.

5.16. No entanto, conforme verificado nos autos, a empresa PROCLIMA ENGENHARIA LTDA. apresentou todas as obrigações acessórias exigidas, incluindo suas Declarações de Débitos e Créditos Tributários Federais (DCTF) e os comprovantes de recolhimento de tributos dos últimos 12 meses. Esses documentos são amplamente aceitos para comprovar a regularidade fiscal e demonstram a adequação das alíquotas apresentadas, cumprindo o que determina o Tribunal de Contas da União e o próprio edital.

5.17. É necessário observar que a insistência da recorrente na desclassificação, mesmo diante da apresentação desses documentos, revela uma tentativa de prolongar o processo licitatório sem base em falhas documentais reais. A administração pública deve zelar pela celeridade dos processos, evitando questionamentos infundados que apenas prejudicam o interesse público.

Ausência de Balanço Patrimonial e Demonstrativos Contábeis dos Dois Últimos Exercícios

5.18. A recorrente aponta ainda que a empresa PROCLIMA ENGENHARIA LTDA. teria deixado de apresentar os balanços patrimoniais e demonstrativos contábeis dos dois últimos exercícios, descumprindo o item 8.22 do Termo de Referência, o que, segundo a recorrente, justificaria a sua inabilitação.

5.19. Contudo, em consulta ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF), foi verificado que a empresa PROCLIMA ENGENHARIA LTDA. está devidamente cadastrada e atualizada com todos os documentos obrigatórios, incluindo os balanços patrimoniais e demonstrativos contábeis de 2022 e 2023. Além disso, a análise dos índices de desempenho econômico-financeiro comprova que a empresa atende aos requisitos de liquidez e solvência exigidos pelo edital.

5.20. A tentativa da recorrente de desqualificar a documentação devidamente registrada no SICAF demonstra um argumento frágil e sem sustentação legal. A empresa PROCLIMA ENGENHARIA LTDA. atendeu a todos os critérios de qualificação econômico-financeira, e a ausência de novas inserções de documentos se justifica, pois o sistema já continha as informações necessárias.

Conclusão

5.21. Diante dos fundamentos apresentados, verifica-se que os argumentos do recorrente são infundados e carecem de provas robustas. A empresa PROCLIMA ENGENHARIA LTDA. apresentou toda a documentação exigida pelo edital e comprovou sua regularidade em relação às exigências fiscais e

contábeis. O presente recurso, portanto, não passa de uma tentativa de obstruir o andamento do certame, em desrespeito ao princípio da eficiência que rege a Administração Pública.

Anexos:

- a) **Cartas de registro sindical: 3558284;**
- b) **Comprovante da existência do balanço no SICAF: 3558353; e**
- c) **Comprovante da apresentação de diligência regime cumulativo: 3455819.**

6. DECISÃO

6.1. As licitações devem ser realizadas com respeito ao princípio da vinculação ao Edital, ao princípio da legalidade, ao princípio do julgamento objetivo, dentre outros citados no artigo 5º da Lei nº 14.133/2021, e só se deve adjudicar o objeto à licitante que estiver em conformidade com todas as exigências do Edital.

6.2. Assim, sem nada mais evocar, CONHEÇO do Recurso Administrativo interposto pela empresa ATHOS ASSESSORIA E SERVIÇOS TERCEIRIZADOS EIRELI, CNPJ nº 11.774.942/0001-43, no processo licitatório referente ao Edital de PREGÃO ELETRÔNICO nº 90008/2024, e, no mérito, **NEGO PROVIMENTO**, mantendo a empresa PROCLIMA ENGENHARIA LTDA, CNPJ nº 00.578.617/0001-99, habilitada e vencedora no Pregão em comento.

6.3. Por fim, em observância ao que dispõe o §2º do art. 165 da Lei nº 14.133/2021, submeto a presente decisão à autoridade superior, o Senhor **Diretor de Administração, Finanças e Contabilidade**, para apreciação e posterior decisão final.

Documento assinado eletronicamente

RONÉLIO DA COSTA MENDONÇA

Pregoeiro



Documento assinado eletronicamente por **Ronélio da Costa Mendonça, Coordenador(a)**, em 08/10/2024, às 14:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://processoeletronico.trabalho.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=3&cv=3518911&crc=5D098CBE, informando o código verificador **3518911** e o código CRC **5D098CBE**.